## **HISTÓRIA, MEMÓRIA E DISCURSO EM CARTAS DE CAMPOS DE CONCENTRAÇÃO.**

Plinio Pereira Filho[[1]](#footnote-1)

Ivanaldo Oliveira dos Santos[[2]](#footnote-2)

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de trazer discussões ao Analisar o processo de produção, controle e as interdições do discurso em cartas de campos de concentração nazista. Para a nossa investigação lançaremos mão dos pressupostos teóricos da Análise de discurso (AD) de Linha Francesa, sobretudo dentro dos postulados de Michel Foucault sobre o poder, discurso e mecanismos de controle. Utilizaremos também o olhar de Orlandi sobre as formas de silêncio e suas significações; das contribuições dos estudos de *Michel Pêcheux* sobre as condições de produção do discurso; dentre outros. Nossa metodologia está pautada no método qualitativo e buscou analisar o 1º fragmento de controle do discurso estabelecido pelo regime nazista nos campos. Através do percurso histórico em relação às manifestações do poder, do regime de controle e proibição, percebemos na análise do fragmento nas cartas produzida nos campos que os sujeitos prisioneiros eram submetidos a dizer não o que queriam, mas a produção de discursos que silenciasse as verdadeiras condições as quais passavam todos os dias.

1. **O REGIME DO MEDO: NOTA INTRODUTÓRIA**

Das memórias de um sobrevivente:

“[…] my first and last name was replaced by a number. My number, 64735, was attached to the cap, to the jacket and to the overcoat. […] To make us easily recognizable, in case one tried to escape, a narrow strip of hair was shaved from our heads. The Germans called it the Lause Strasse (the street of the lice). Occasionally, we could shower in cold water, in a chilly bathroom. The Germans called it Entlausung (ridding of lice). Most of us were working for a construction company that built underground military warehouses. In March 1945, we heard a massive explosion that shook buildings, sending chunks of plaster and concrete close to where we were working. The air filled with smoke. Then we heard a second deafening explosion. We didn't see airplanes dropping bombs. However, our wishful thinking was that the enemies of Germany were hitting our tormentors”. [[3]](#footnote-3)(WIENER, 2007, p. 55).

Na autobiografia *From A Name to A Number* (De Um Nome para Um Número) de Alter Wiener, sobrevivente do Holocausto, as memórias do campo trazem a dor do sujeito que antes de perder a vida, perdia a sua identidade quando tinha seu nome substituído por um numero de identificação do prisioneiro.

O judeu Alter Wiener é um ser histórico, pois enuncia a partir de um determinado lugar (campo de trabalho forçado) e em um determinado tempo (1945) e os sentidos que esse sujeito produz, são determinados pela maneira que ele se inscreve na língua e na história e não unicamente por sua vontade. Neste sentido, de acordo com Orlandi (2007: 42), “o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”.

Assim como Wiener, muitos outros judeus viveram sobre a égide da dominação e da ideologia do governo totalitário nazista na Segunda Guerra. Os governos totalitários fundamentam-se na ideologia do domínio total através do terror, longe de qualquer humanidade e de sua racionalidade. Sistematizam a violência de forma burocrática e desenraizam inteiramente o homem da sua própria realidade e humanidade. Trazem o terror para o terreno da instituição de forma administrativa e lógica.

Para Foucault, “a raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. (…) A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo.” (FOUCAULT, 1999, p. 306). Portanto, segundo o filósofo, “o racismo é ligado ao funcionamento de um Estado que é obrigado a utilizar a raça, a eliminação das raças e a purificação da raça para exercer seu poder soberano” (Ibidem, 1999, p. 309). Isso, portanto, atinge seu auge com o regime nazista.

É com base nas memórias do sujeito que passaram por este regime de racismo, perseguição e medo na Segunda Guerra, que faremos uma abordagem no que tange o poder quanto força repressora do regime nazista até chegarmos a produção do discurso e da sua respectiva interdição por meio de cartas. Tangencialmente trataremos um pouco do silêncio como forma de trazer significados para o que foi ou deixou de ser silenciado na censura das cartas.

Muito se falou do regime nazista quanto movimento histórico, porém pouco se produziu, em especial na língua portuguesa, sobre as condições de produção e as memórias dos prisioneiros, tendo em vista a ideologia do regime nazista, das interdições de seu dizer e dos silenciamentos em produções escritas em campos de concentração.

Ao tratar o silêncio de modo a incluí-lo na perspectiva analítica do discurso, não pensamos o silêncio místico, nem o silêncio empírico, mas o silêncio que tem sua materialidade definida pela relação estabelecida entre dizer e não dizer.

Para objetivo de análise, nosso *corpus* constitui-se de um tópico informativo e impresso no modelo padrão de carta de Auschwitz onde buscaremos apontar como os mecanismos de controle do dizer eram explicitamente aplicados, percebendo assim, a singularidade e regularidades do enunciado, os não-ditos e o silenciamentos presentes de acordo com as condições de produção.

Sabemos que as condições de produção de um discurso constituem um ponto central para a AD, visto que para essa teoria toda atividade de linguagem se dá a partir da colocação dos protagonistas do discurso em relação ao objeto discursivo. Não se trata, pois, da posição física de organismos humanos, mas sim, de lugares determinados na estrutura da formação social (ditador, prisioneiro, exilado, etc) e a ocupação de determinada posição estabelece uma relação do sujeito com uma série de formações imaginárias que envolvem os interlocutores e o referente, e a partir destas relações é que os discursos são produzidos.

1. **AD, PODER E SILÊNCIO NO EIXO DA DISCUSSÃO**

Para a nossa investigação lançaremos mão dos pressupostos teóricos da Análise de discurso (AD) de Linha Francesa, sobretudo dentro dos postulados de Michel Foucault sobre o discurso, o poder e as interdições como mecanismos de controle na sociedade. Utilizaremos também o olhar de Orlandi sobre as formas de silêncio e suas significações; de *Althusser* sobre os Aparelhos Ideológicos de Estado, em especial pensando sobre o Estado Nazista; das contribuições de *Hannah Arendt* sobre as facetas do anti-semitismo, do Estado Totalitário Nazista, da ideologia e do terror como forma de governo; das contribuições dos estudos de *Michel Pêcheux* sobre as condições de produção do discurso; dentre outros. É com base neste referencial que iremos abordar a constituição do discurso, este que é indispensável para AD.

Em sua obra A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso, afirma Pêcheux (1987, p. 61) que

...é tarefa da AD compreender como o texto produz sentido e isto implica compreender tanto como os sentidos estão nele, quanto como ele pode ser lido. Esta dimensão ambígua da historicidade do texto mostra que o analista da AD não toma o texto como ponto de partida absoluto... nem como ponto de chegada”.

Logo, a busca da compreensão dos discursos deve atrelar a linguagem a uma perspectiva ideológica, pois o sujeito não pode se desvincular de sua história, de sua ideologia. Somos produtos e produtores de acontecimentos, toda nossa formação discursiva está intrinsecamente vinculada a fatores de assujeitamento.

O discurso que pretendemos alçar neste projeto representa uma importante fonte de pesquisa para a Análise do Discurso (AD), pois, ao transmitir fatores ideológicos, históricos e sociais, acaba, ainda que de forma implícita, revelando as marcas de um discurso que, muitas vezes, leva à exclusão de uns em detrimento da ascensão de outros. A partir das forças ideológicas, impostas socialmente pelas classes dominantes que ditam o que fazer e como ser, as propagandas, de forma linguística e visual, apelam para os conceitos e valores que governam o comportamento do homem e influenciam suas escolhas.

Para Althusser (1995, p.85), a ideologia “é a representação imaginária que interpela os sujeitos a tomarem um determinado lugar na sociedade, mas que cria a ilusão de liberdade do sujeito”. Para ele, a ideologia é reproduzida através de aparelhos ideológicos, como por exemplo: o aparelho religioso, o político, o escolar, entre outros, nos quais as classes sociais são organizadas em um todo complexo de atitudes e representações. Uma dessas instituições de poder foi o Estado nazista.

A analítica do poder de Foucault impõe um deslocamento em relação ao Estado, na medida em que identifica a existência de uma série de relações de poder que se colocam fora dele e que de maneira alguma deve ser analisada em termos de soberania, de proibição ou de imposição de uma lei. Porém, Foucault não quer negar a importância do Estado; sua intenção é demonstrar que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e se estendem por toda a sociedade.

O regime nazista foi, como afirma o filósofo-historiador francês Michel Foucault (1999), o desenvolvimento até o paroxismo dos novos mecanismos de poder que haviam sido introduzidos desde o século XVIII. É o extremo de uma política que toma o corpo como forma de manipulação da população.

“Não há Estado mais disciplinar, claro do que o regime nazista; tampouco há Estado onde as regulamentações biológicas sejam adotadas de uma maneira mais densa e mais insistente. Poder disciplinar, biopoder: tudo isso percorreu, sustentou a muque a sociedade nazista (assunção do biológico, da procriação, da hereditariedade; assunção também da doença, dos acidentes). Não há sociedade a um só tempo mais disciplinar e mais previdenciária do que a que foi implantada, ou em todo caso projetada, pelos nazistas. O controle das eventualidades próprias dos processos biológicos era um dos objetivos imediatos do regime” (Foucault, 1999, p. 309)

Algumas dessas questões sobre a biopolítica e sua consequência na vida das pessoas, através dos processos de controle e sujeição pelos quais passam os indivíduos, em especial os judeus eram os principais alvos dessa política de controle.

Para Foucault, a biopolítica se dirige, em suma, aos acontecimentos aleatórios que ocorrem numa população considerada em sua duração. De acordo com o filósofo-historiador, “trata-se sobretudo de estabelecer mecanismos reguladores que, nessa população global com seu campo aleatório, vão poder fixar um equilíbrio, manter uma média, estabelecer uma espécie de homeóstase, assegurar compensações”. (Ibidem, 1999, p. 293).

Foucault (1993) ressalta que, se o genocídio é, de fato, o sonho dos poderes modernos, não é por uma volta ao velho direito de matar. É porque o poder se situa e se exerce ao nível da vida, da espécie, da raça e dos fenômenos maciços da população. É o que podemos observar ao analisar o regime nazista, onde foram mortos legitimamente aqueles que constituíam uma espécie de perigo biológico para os outros, a exemplo dos judeus, não-arianos, homossexuais, ciganos, deficientes mentais, entre outros.

“Populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens”. (FOUCAULT, 1993, p. 149).

Portanto, o poder passou a estabalecer sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar seus pontos de fixação. Ele desenvolveu-se a partir do século XVII, através de duas formas principais, afirma Foucault: o corpo como máquina – adestramento, utilidade, docilidade –, e o corpo como espécie – corpo como mecânica do ser vivo e suporte dos processos biológicos, que “são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população. As disciplinas do corpo e as regulações da população em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida” (Ibidem, 1993, p. 152).

Com respeito à noção de que o poder pode ser puramente repressivo, Foucault comenta:

“Quando se define os efeitos do poder pela repressão, tem-se uma concepção puramente jurídica deste mesmo poder; identifica-se o poder a uma lei que diz não. O fundamental seria a força da proibição. Ora, creio ser esta uma noção negativa, estreita e esquelética do poder que curiosamente todo mundo aceitou. Se o poder fosse somente repressivo, se não fizesse outra coisa a não ser dizer não, você acredita que seria obedecido? O que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo o corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir”. (FOUCAULT, 1997, p. 08).

Se refletirmos sobre o nosso *corpus* – as cartas produzidas dentro do campo de concentração – que discurso poderiam ser produzido a partir da posição sujeito-prisioneiro? Que forças ideológicas estabeleceriam aquilo que poderia e não poderia ser dito?

Por se tratar de documentos epistolares da Segunda Guerra Mundial, estas produções discursivas trazem outra análise das condições de produção: o silêncio como forma do não-dito.

Para Pêcheux, as condições se referem à posição do sujeito e possibilitam que um discurso seja pronunciado ou não. O lugar ocupado por este sujeito que anuncia interfere no sentido do seu discurso, uma vez que o sujeito está situado no interior de uma relação de forças que “um discurso é sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas” (PÊCHEUX, 1990, p. 77)

Ao falar, o sujeito utiliza-se de determinados termos para construir seu dizer; entretanto, poderia dizê-lo de outra forma, com outras palavras. Daí a razão de incluirmos na análise o conceito de silêncio, posto que, quando uma formulação é materializada, outra é apagada, ou silenciada. Estas considerações fazem-nos pensar na questão do silêncio político, tal como é tratada por Orlandi. Para a autora (2007, p. 81), o silêncio político (ou política do silêncio) pode apresentar-se sob a forma de silêncio constitutivo ou sob a forma de silêncio local (censura). No silêncio constitutivo, o sujeito diz X para não dizer Y, isto é, ao produzir determinado enunciado o sujeito silencia outros sentidos possíveis, mas não desejados naquele momento. Já a censura caracteriza-se pela proibição da inserção do sujeito em determinadas formações discursivas, o que afeta sua identidade. Sobre isso, Orlandi (1997, p. 81) nos diz que:

“Ela é a interdição manifesta da circulação do sujeito, pela decisão de um poder de palavra fortemente regulado. No autoritarismo, não há reversibilidade possível no discurso, isto é, o sujeito não pode ocupar diferentes posições: ele só pode ocupar o “lugar” que lhe é destinado, paraproduzir os sentidos que não lhe são proibidos. A censura afeta, de imediato, a identidade do sujeito.”

Para Orlandi (1990), essa forma do não-dito é uma vertente cuja origem está no fato da linguagem ser política e que todo poder se acompanha de um silêncio, em seu trabalho simbólico – uma política do silêncio que, para autora, dá-se de duas maneiras:

1. O silêncio constitutivo, ou seja, a parte do sentido que necessariamente se sacrifica, se apaga, ao se dizer. Toda fala silencia necessariamente. A atividade de nomear é bem ilustrativa: toda denominação circunscreve o sentido do nomeado, rejeitando para o não-sentido tudo o que nele não está dito;
2. O silêncio local: do tipo de censura e similares, este silêncio é que é produzido ao se proibir alguns sentidos de circularem, por exemplo, em uma forma de regime político, num grupo social determinado de uma forma de sociedade específica etc (ORLANDI, 2007, p. 49-50)

Segundo a autora, o silêncio não é visto apenas em sua negatividade, ele significa, o seu não-dizer contém sentido, é fundador, portanto sustenta o princípio de que a linguagem é política. O silêncio que pretendemos abordar em nossas análises é aquele que permeia as produções escritas dos campos de concentração. Ainda para Orlandi, como o discurso,

sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, ao se proceder desse modo se proíbe ao sujeito ocupar certos “lugares”, ou melhor, proíbe-se certas “posições” do sujeito. [...] A censura estabelece um jogo de relações de força pelo qual se configura, de forma localizada, o que, do dizível, não deve (não pode) ser dito quando o sujeito fala. (2007, p. 76-77)

Percebemos aqui que a relação com o “dizível”é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definidos pelas formações discursivas(o dizer possível): não se pode dizer o foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer.

Portanto, é nesta perspectiva que, através da história da Segunda Guerra, das ‘memórias’ dos campos de concentração, da interdição e censura da palavra do sujeito judeu, da ideologia dominante da época, buscaremos as materialidades interpretativas necessárias para compreendermos que para entrar em determinadas ordens do discurso, o sujeito necessita estar inserido em um considerável número de regras. Foucault já ressaltava que,

[...] em toda sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e perigos, dominar seu acontecimento aleatório, esquivar sua pesada e temível materialidade.(FOUCAULT, 2008, p. 8-9)

Com base nesta definição, veremos agora na análise como a sociedade nazista interditou que certos dizeres fossem produzidos pelos sujeitos judeus.

1. **CARTA DE AUSCHWITZ: ANÁLISE INICIAL**

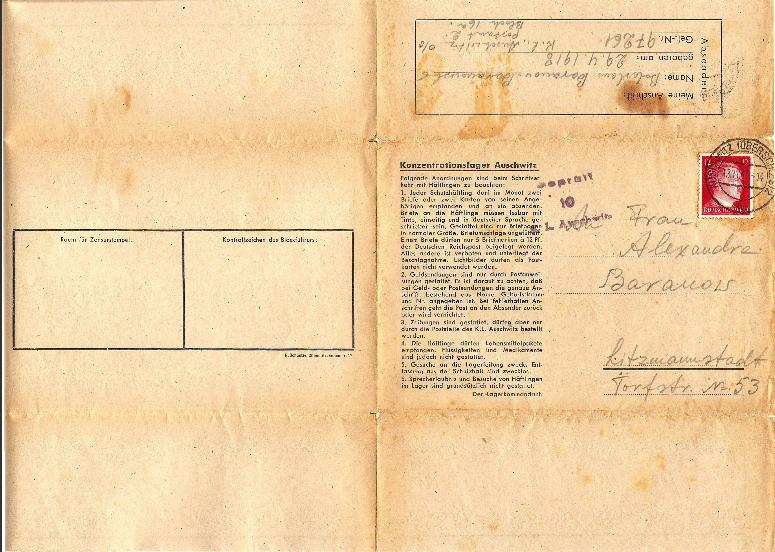
O nosso *corpus* é constituído pelo tópico 1º impresso no modelo padrão de carta a ser escrita dos prisioneiros para os familiares fora do campo. Este modelo padrão de Auschwitz também foi reproduzido para outros campos de concentração na Europa, a exemplo de Sachenhausen, Dachau, Gusen, entre outros. Havia um espaço (acima) onde o prisioneiro colocava seu nome, número de identificação e bloco que estava confinado. Abaixo desta identificação, tinha-se o espaço a ser preenchido com o nome e endereço do destinatário e a colocação do selo. No canto esquerdo da carta, encontravam-se as regras estabelecidas pelas autoridades nazistas na produção do discurso. Assim como numa redação, alunos precisam conhecer às regras para elaboração de um texto coeso e coerente; aqui, os judeus precisavam seguir cautelosamente as regras de escrita. Vejamos o tópico onde os nazistas estabelecem os mecanismos de controle.

Figura 1 - modelo padrão de carta

|  |  |
| --- | --- |
| *Controle do Discurso* | *Tradução do nosso objeto de análise* |
|  | **Campo de Concentração de Auschwitz**  **As seguintes regras devem ser observadas para a troca de correspondência com prisioneiros:**   1. **Cada prisioneiro sob custódia pode receber de seus familiares e enviar a estes duas cartas ou dois cartões por mês. Cartas a prisioneiros devem ser escritas à tinta e de forma legível, devem ser de uma única página e em língua alemã. É permitido apenas usar uma folha de tamanho normal. Envelopes não forrados. A uma carta podem ser acrescentados apenas 5 selos de 12 Pfennig do Deutsche Reichspost. Tudo o que desviar disso é proibido e está sujeito a ser confiscado. Fotografias não podem ser utilizadas como cartões postais.** |

**Figura 2 – Fragmento retirado na carta do Campo de Concentração de Auschwitz**

A primeira observação a ser apontada é que a troca de correspondência só seria possível se o remetente cumprisse com as determinações das regras estabelecidas pelo comando do campo, ou seja, o remetente teria que satisfazer às exigências. Sobre este posicionamento, Foucault afirma que “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo”. (FOUCAULT, 2008, p. 36-37)

De fato, os sujeitos em condição de opressão além de não serem autorizados a enviar mais de duas cartas aos seus familiares, também eram proibidos de escrever na sua língua pátria. Como muitos judeus eram de origens polonesa, eslava ou de outras partes da Europa e Rússia, estes eram submetidos ao poder ditatorial da língua opressora – o alemão. De acordo com a ideologia nazista “o poder está em toda parte; não porque englobe tudo, e sim porque provém de todos os lugares” (FOUCAULT, 1993, p 89). A língua vigente para entendimento dos oficiais da SS era o alemão. Os lugares dos guetos ou campo de trabalho forçados, a exemplo de Auschwitz, a circulação do discurso era controlada e vigiada. Entre a regra de escrever em alemão e de forma legível, havia também a determinação que a escrita fosse por meio de tinta. Ainda sim havia resistência por parte dos judeus, tendo em vista que muitas cartas saíram dos campos escritas por lápis grafite. Percebe-se aqui, que há um embate entre poder e resistência.

Corroborando com o pensamento de Foucault, as “estratégias de poder” podem ser definidas como “um conjunto dos meios operados para fazer funcionar ou para manter um dispositivo de poder”. (1995, p. 248). Mas evidencia, “não há uma relação de poder sem resistência, sem escapatória ou fuga, sem inversão eventual; toda relação de poder implica, então, pelo menos de modo virtual, uma estratégia de luta. (Ibidem, 1995, p. 248). Foucault, expressa a importância das estratégias de confronto dentro das relações de poder e assegura que não há uma relação de poder sem resistência.

Outros dois fatores importantes a serem considerados nos mecanismos de controle das cartas é o que “pode ou não ser dito” e o silêncio no ato da censura. Este fato justifica-se na passagem “Alles andere ist verboten und unterliegt der Beschlagnahme” (**Tudo o que desviar disso é proibido e está sujeito a ser confiscado)**. Percebe-se aqui que há um controle no funcionamento do discurso do prisioneiro em obrigá-lo a não dizer tudo que sabe ou sente. Sobre isso, afirma Foucault que [...] trata-se de determinar as condições de seu funcionamento, de impor aos indivíduos que os pronunciam certo número de regras e assim de não permitir que todo mundo tenha acesso a eles. (Ibidem, 2008, p. 36-37)

A expressão “desviar disso” traz consigo o silenciamento de não explicitar as reais condições de permanência no campo de concentração. Assim, como atesta Orlandi, neste enunciado se estabelece o “silêncio local, uma vez que se proíbe que um sentido seja exposto e que não permita que circule. É o silêncio fundador que produz um estado significativo para que o sujeito se inscreva no processo de significação, mesmo na censura, fazendo significar por outros jogos de linguagem, o que lhe foi proibido. A censura é um sintoma de que ali pode haver outro sentido. (Orlandi, 2007, p. 118). Além da censura em relação a produção verbal, a fotografia também não poderia servir como cartão postal, uma vez que este denunciaria o que nas palavras são silenciadas.

O silenciamento produzido pela censura leva a um processo de produção de sentidos silenciados. É um processo que trabalha a divisão entre o não-dizer e o dizer, que impedem o sujeito e a sociedade de trabalharem o movimento de identidade e de elaborarem historicamente os sentidos. O silêncio intervém, portanto, na formação e no movimento dos sentidos e disso decorre, também, a ligação do não-dizer à história e à ideologia.

Por outro lado, a resistência passa a trabalhar na mesma região da censura, jogando com as palavras do contexto hegemônico para re-significá-las. Por exemplo, no contexto da segunda guerra mundial, as fontes bibliográficas e registros de memórias são as bases de sustentação e resistência ao regime.

1. **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES**

*"O poder não é uma coisa, algo que se torna ou se dá, se ganha ou se perde. É uma relação de força, circula em rede e perpassa por todos os indivíduos.”* (Michel Foucault, As palavras e as coisas, 1966)

Foucault concebe o poder em suas várias dimensões, é algo que está presente em todas as esferas sociais. Em nosso trabalho, buscamos compreender como o poder se deu no âmbito do regime nazista da segunda grande guerra. Evidenciamos que o aparelho Ideológico de Estado não só foi responsável pela exclusão e extermínio de judeus, mas também por um controle rigoroso dos discursos. Este controle era feito por meio do estabelecimento de regras de conduta que avaliavam o que podia ser ou não dito através da troca de correspondências entre prisioneiros em campos de concentração.

Através do percurso histórico em relação às manifestações do poder, do regime de controle e proibição, percebemos na análise do fragmento nas cartas produzida nos campos que os sujeitos prisioneiros eram submetidos a dizer não o que queriam, mas a produção de discursos que silenciasse as verdadeiras condições as quais passavam todos os dias. Este primeiro tópico analisado das informações de controle impresso nas cartas dos campos de concentração revela que há muito mais para ser investigado e desmitificado no que tange as produções epistolares da segunda guerra mundial. O primeiro passo dado, ainda que inicial, foi compreender como dentro como o poder de um aparelho de Estado o discurso é controlado e o seu não cumprimento acarreta destruição e morte.

**REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFIA**

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado: notas sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 10. Ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1995.

ARENDT, Hannah. *Os limites do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

FOUCAULT. Michel. *A história da sexualidade I: a vontade de saber.* Rio de Janeiro, Graal, 1993.

\_\_\_\_\_. “Genealogia e Poder”. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979, p. 176.

\_\_\_\_\_.O Sujeito e o Poder.In RABINOW, P.& DREYFUS, H. *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica.* Rio de Janeiro: Forense Universitária,1995. (p 231-249).

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder.* Rio de Janeiro, Graal, 1997.

\_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade*. São Paulo, Martins Fontes, 1999

\_\_\_\_\_. *A ordem do discurso:* aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 20. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LE GOFF, Jacques. “Memória”.In: *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão, et all. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1999, p. 423-483.

ORLANDI, E. P. *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. 4ª edição. São Paulo: UNICAMP, 2007.

\_\_\_\_\_. *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. 4ª edição. São Paulo: Pontes, 2002.

PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre; et al.. *Papel da memória.* Tradução e Introdução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, 1999.

\_\_\_\_\_. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Orlandi et al. Campinas: EDUNICAMP, 1988.

\_\_\_\_\_. *Terra à vista! Discurso do confronto: o velho e o novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1990.

PÊCHEUX, M. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editora, 1987.

WIENER, Alter. *64735 From A Name to A Number: A Holocaust Survivor’s Autobiography*. Publicado pela Author House: USA, 2007.

1. Doutorando em Letras pelo PPGL/UERN e membro do Grupo de Estudos do Discurso (GRED) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil. [↑](#footnote-ref-1)
2. Prof. Dr. da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). É líder do Grupo de Estudos do Discurso (GRED) da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Brasil.

   [↑](#footnote-ref-2)
3. Traducão nossa“[...] meu primeiro e último nome foram substituído por um número. Meu número, 64735, foi costurado no boné, no casaco e no sobretudo, a fim de sermos facilmente reconhecível, no caso de tentativa de escapar. [...] Uma estreita faixa de cabelo foi raspado de nossas cabeças. Os alemães chamaram de *Lause Strasse* (rua dos piolhos). Ocasionalmente, tomávamos banho em água fria, em um banheiro frio. Os alemães chamaram *Entlausung* (livrar dos piolhos). A maioria de nós estavámos trabalhando para uma empresa militar de construção de armazéns subterrâneos. Em março de 1945, ouvimos uma grande explosão que sacudiu edifícios, voaram pedaços de gesso e concreto perto de onde estávamos trabalhando. O ar estava cheio de fumaça. Então ouvimos uma segunda explosão ainda mais ensurdecedora. Não vimos os aviões jogando bombas. No entanto, nosso pensamento positivo era de que os carrascos alemães tivessem sido abatidos: WIENER, Alter. 64735 From A Name to A Number: A Holocaust Survivor’s Autobiography. Publicado pela Author House: USA, 2007. [↑](#footnote-ref-3)